

Lideranças estão perto de um acordo para pontos polêmicos

ANC 8
Pasta 1
Julho/8
054

A disposição para promover alterações nos dispositivos que tratam do tabelamento de juros em 12% ao ano, da jornada corrida de seis horas, da licença paternidade de oito dias e da proibição para a comercialização de hemoderivados foi manifestada, ontem, por lideranças três facções distintas na Constituinte: Nelson Jobim, do PMDB; José Lins, do Centrão, e Roberto Freire, do PCB. As declarações antecipam possíveis acordos para as votações do segundo turno.

O deputado Nelson Jobim defende a manutenção, no corpo permanente da futura Carta, do enquadramento em crime de usura, para quem cobrar juros altos. Não se opõe, no entanto, à retirada dos 12% como teto, atribuindo à lei, a obrigação de fixar o limite máximo a ser cobrado. Nas Disposições Transitórias, porém, o PMDB quer que se inclua dispositivo afirmando que enquanto a lei complementar não estiver pronta, prevalece o teto máximo de 12% na cobrança de juros.

Outro ponto praticamente acor-

dado, segundo as lideranças, é a retirada da expressão "máxima", do inciso que trata da jornada corrida de seis horas. Com isso, o texto estipulará "jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva".

A remessa, para lei, do período referente à licença paternidade também não encontra resistências junto às três correntes. A licença-paternidade, porém, continuaria mantida no texto constitucional. A proibição para a comercialização de derivados de sangue também será rediscutida pelas lideranças. Tanto Nelson Jobim como Roberto Freire aceitam tratar da matéria, mas querem manter a proibição para comercialização do sangue. O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), já pediu ao Conselho Federal de Medicina, um levantamento para saber se a proibição para a comercialização dos hemoderivados poderá ou não trazer um colapso para o sistema de saúde.

A liderança do PMDB apresentou 97 emendas ao segundo turno. Nelson Jobim admitiu que seu partido poderá rediscutir pontos como a exigência de mandado judicial para prisão, anistia creditícia (que o Centrão não quer suprimir), e prestação de bens e serviços ao Poder Público, apenas por empresas brasileiras de capital nacional. O PMDB, segundo Jobim, não aceita alterar o que já foi acordado. Já o Centrão quer redefinir o direito de greve, a mineração e os contratos de risco.

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), reafirmou que hoje vai centrar fogo nas Disposições Transitórias, onde pretende revisar nove pontos. O Governo quer suprimir a anistia creditícia, a estabilidade para os funcionários públicos com mais de cinco anos de serviço e a possibilidade do funcionário público escolher a lei pela qual quer aposentar-se. Sant'Anna pedirá ao Governo um levantamento dos custos dos benefícios, para tentar convencer os demais líderes a suprimi-los.

Emendas: Planalto perde prazo

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que não vai aceitar as emendas do governo propondo a correção de linguagem e omissões do texto constitucional fora do prazo para a apresentação de emendas que se encerrou anteontem à meia-noite. No primeiro dia de tiragem das propostas ao segundo turno de votação Ulysses e o relator Bernardo Cabral examinaram 1.026 das 1.884 sugestões.

A intenção do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB), é de apresentar um requerimento à mesa da Constituinte com as propostas de revisão de erros e omissões do projeto de Constituição B. Por falta de assinaturas, o governo somente conseguiu entregar emendas supressivas, através dos parlamentares que apóiam o presidente José Sarney na casa, ficando fora as demais sugestões que pretendia oferecer.

"Eu não posso aceitar. Eu já recebi algumas solicitações de companheiros que por alguma razão não puderam apresentar (emendas) em tempo hábil.

Aposentados

Segundo levantamento do presidente da Constituinte, das 1.026 emendas apreciadas ontem, 28 tra-

tam da questão da aposentadoria dos professores — com a supressão da expressão do 1º e 2º graus a aposentadoria aos 25 anos para a professora e aos 30 para os professores destes níveis também se estenderia ao ensino universitário.

Em segundo lugar, aparece as propostas que visam a suprimir a estabilidade do servidor público com cinco anos de serviço, com 19 proposições. 16 sobre inegibilidade de prefeitos, 13 licença-paternidade, 10 jornada de seis horas, e nove sobre direito de greve.

Ulysses Guimarães não quis arriscar um palpite sobre as emendas que têm chances de ser aprovadas, no segundo turno. Apenas destacou que é possível que as emendas que façam parte do acordo de lideranças possam atingir os 280 votos para a sua aprovação.

Já o relator Bernardo Cabral informou o critério inicial de triagem das emendas estão sendo feitas pelo presidente da Constituinte. "Primeiramente, se passar pelo crivo do Dr. Ulysses, são encaminhadas para que o relator dê o seu parecer, se não passar pela triagem são prejudicadas e eliminadas", explicou o deputado amazonense.

Empresários fazem mobilização

Porto Alegre — A Federação e Centro do Comércio de São Paulo está articulando seus 105 sindicatos filiados para que se mobilizem e pressionem os constituintes de suas regiões na defesa de seus interesses, nesta segunda fase de votações da nova Constituição.

Preocupado com a manutenção de alguns artigos, o presidente da Federação, Abram Szajman, duvida que muitos pontos votados venham de fato a ser cumpridos. O empresário lembra que a atual Constituição é um exemplo, pois em 1946, quando foi elaborada, previa a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, o que «na prática nunca aconteceu».

Desrespeitos

Szajman não quis especificar que artigos não serão cumpridos, argumentando que se refere à matéria de «forma generalizada», mas disse que não são os empresários que irão desrespeitar o texto constitucional, e sim a sociedade. «No Brasil há leis que pegam e há outras que não pegam», ponderou, afirmando ainda que apenas porque alguns artigos constam na Constituição não quer dizer que eles sejam exequíveis na realidade do País, hoje.



Abram: Carta não "pegará"

O presidente da Federação do Comércio de São Paulo deixou claro que conta com a supressão de artigos da Ordem Social, como os 120 dias de dispensa para gestantes, pagamento de 1/3 das férias, direito irrestrito de greve e os oito dias para o pai de um recém-nascido. Ele não esconde também o receio de que a estabilidade no emprego para os funcionários públicos a partir dos cinco anos se transforme num pretexto para os empregados do setor privado reivindicarem o mesmo benefício.

CUT pressiona por estabilidade e 6 h

Porto Velho — A Central União dos Trabalhadores (CUT) deverá convocar uma plenária nacional dentro de dez dias, provavelmente em Brasília, com o objetivo de definir uma estratégia para pressionar os constituintes e garantir a permanência, no texto constitucional, da jornada de trabalho de seis horas e da estabilidade no emprego.

A informação foi prestada ontem nesta capital pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP), Vicente Paulo da Silva, o "Vicentinho", também membro da direção nacional da CUT. "Vicentinho", que esteve em Porto Velho para participar de debates sobre a nova estrutura sindical da CUT, disse que "haverá uma pressão homem a homem no Congresso" durante o segundo turno de votação da nova Carta. Ainda segundo o sindicalista, a CUT vai desencadear uma campanha para que, nas eleições municipais de novembro, a população vote apenas em candidatos comprometidos com "idéias progressistas".

Tesouro poderá ter prejuízo de 600 bi

O deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) afirmou ontem que a manutenção do artigo 54 das Disposições Transitórias custará ao Governo Federal mais de Cz\$ 600 bilhões. O artigo, chamado pelo parlamentar de "Vagão da Alegria", trata do perdão de multas, juros de mora e outros encargos nos débitos de natureza tributária.

"Os débitos para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais, de natureza tributária, cujo fator gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 1987, inscritos ou não como dívida ativa, ajuizados ou não, poderão ser pagos pelo valor corrigido monetariamente, sem multas, juros de mora e outros encargos, de uma só vez, dentro de cento e vinte dias contados da data da promulgação da Constituição, ou em até seis parcelas mensais e sucessivas", diz o artigo 54, que tem ainda quatro parágrafos.

O Governo também é favorável à supressão do dispositivo. O próprio deputado Maurício Ferreira Lima apresentou à imprensa documento que recebeu do diretor da Receita Federal, Reinaldo Mustafa, afirmando que a anistia fiscal proposta dispensará a cobrança de multas e juros de mora no valor de Cz\$ 511 bilhões. Segundo Maurício, vários deputados e senadores poderão se beneficiar da disposição, inclusive seu autor, o senador João Castelo (PDS-MA).

Governo já prepara as leis complementares

O presidente José Sarney determinou à Consultoria Jurídica da Presidência da República que dê início, imediatamente, ao processo de análise e elaboração dos projetos de lei complementar ao texto constitucional.

O presidente da República já tem em mãos dois levantamentos: um feito pela liderança do PMDB na Constituinte; o outro realizado pelo Ministério da Justiça. O primeiro fala em 135 leis; o outro lista 163 assuntos, a serem transformados em leis complementares.

O objetivo do Governo, segundo o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique, é contribuir para que a nova Constituição possa ser aplicada o mais rapidamente possível.

O trabalho de análise e elaboração dessas leis pelo Governo será feito com o auxílio do Gabinete Civil da Presidência da República e, também, com ajuda dos ministérios.

Votação

O Governo do presidente José

Sarney está preocupado com o quorum para a supressão de matérias durante a votação do segundo turno, já que as eleições municipais deste ano obrigam os constituintes a se deslocarem para suas bases eleitorais.

Ontem à tarde, no Palácio do Planalto, reuniram-se o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o consultor Saulo Ramos e lideranças políticas, na tentativa de encontrar uma forma que dê ao Governo a capacidade de modificar ou suprimir determinados itens do texto constitucional.

A única forma, fora do entendimento, é colocar no plenário um número de constituintes suficientes para ganhar o que foi perdido no primeiro turno. Uma das opções para trazer os parlamentares a Brasília seria concentrar os temas polêmicos em um período de votação mais curto. Os líderes Carlos Sant'Anna, José Lourenço, Marcondes Gadelha e Saldanha Derzi estão encarregados de sondar os congressistas a respeito do assunto.